

Metrô privatizado

GDF estuda meios de terceirizar o serviço, mas metroviários não cedem à pressão

AFRÂNIO PEDREIRA

Diante da greve dos metroviários, que já dura uma semana, o governador José Roberto Arruda declarou ontem a intenção de privatizar o metrô do Distrito Federal. Arruda já estuda a possibilidade de abrir uma concorrência pública, com diminuição de preços operacionais e tarifários. Enquanto isso, tenta viabilizar um contrato emergencial para sanar, de imediato, a situação que o brasiliense está atravessando no seu direito de ir e vir. Na quinta-feira, o governador assinou um decreto determinando o corte dos dias parados dos servidores em greve e a substituição da mão-de-obra por terceirizados.

As medidas acirraram ainda mais a peleja entre metroviários e o Governo do Distrito Federal. O coordenador-geral do Sindmetrô/DF, Solano Teodoro da Trindade, durante assembleia realizada na tarde de sexta-feira, na estação central da Rodoviária do Plano Piloto,



Enquanto o impasse não é resolvido, usuário fica no prejuízo

comentou as determinações do governador. "São medidas inconstitucionais", disse. Segundo ele, a Confederação Nacional dos Metroviários, em São Paulo, deve entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto considerado "descabido".

Durante a assembleia, foram distribuídas 20 mil cópias de carta aberta à população sobre a situação da greve. A categoria diz que o corte dos dias parados não é novidade já que a lei de greve é clara sobre o assunto e estabelece a punição. Já a terceirização da mão-de-

obra no órgão é ameaça antiga e foi cessada por determinação do Ministério Público com a realização de concurso público em 2004. "Privatização só pode acontecer quando a empresa está totalmente concluída", ressaltou Fernando Carlos Mesquita Botelho, diretor administrativo do Sindmetrô.

População paga

Enquanto a quebra-de-braço não termina e o funcionamento do metrô não volta ao normal, com os 14 trens em circulação, os usuários vão amargando os dias para chegarem em seus trabalhos e ca-

sas. É o caso da salgadeira Francilene da Silva, 27 anos, moradora de Samambaia e usuária do metrô todos os dias. Se antes ela saía de casa para o trabalho às 7h30 e aguardava o metrô por cerca de oito minutos, agora a espera aumentou para 40 minutos. "É um troço muito chato. A gente deixa de dormir por mais meia hora. Eu odeio essa situação. A gente é termina pagando", desabafou.

Francilene não é a única a reclamar. Junto com ela estão uma infinidade de Antônio, Josés, Marias e Anas. São cerca de 82 mil pessoas querendo chegar a seus destinos, utilizando esse sistema de transporte diariamente. Alguns com muita pressa.

Infelizmente, segundo os metroviários, a data para que essa batalha chegue ao fim ainda não tem previsão. A condição é que o governo conceda o reajuste de 11,09% para a classe: vale refeição no valor de R\$ 300 e em espécie e a realização de concurso público. A categoria deseja que o final do empasse acontece quando da reunião de conciliação que está sendo providenciada pelo advogado do Sindmetrô, Régis Cajati, junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para o início da próxima semana. Representantes do Metrô e GDF vão participar.